

A Secretaria de Meio Ambiente, Sustentabilidade e de Fernando de Noronha informa que todas as ações e planos no âmbito das mudanças climáticas são de grande relevância, preparando a população para se proteger e se adaptar às questões climáticas que se apresentam e, possivelmente, se intensificarão nos próximos anos.

Nesse contexto, ressalta-se um conjunto de políticas, normas e instrumentos regulatórios implementados pelo Governo de Pernambuco nos últimos anos, como a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas de Pernambuco (Lei nº 14.090/2010); Plano Estadual de Mudanças Climáticas de Pernambuco (2011); Plano de Descarbonização de Pernambuco (Decreto nº 52.458/2022); Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática de Pernambuco (em elaboração); Inventário de Gases de Efeito Estufa (2015-2020); Zoneamento de Áreas Suscetíveis à Desertificação do Estado (2020); e Programa de Ação Estadual de Pernambuco para o Combate à Desertificação e Mitigação aos Efeitos da Seca (2009 - em atualização).

Em 2025, foi firmado um convênio com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com o investimento de R\$ 2 milhões, para a construção do Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática (PEAR-PE). O documento deverá estar finalizado até 2026. A iniciativa tem como diretriz a Justiça Climática, transversal a toda a elaboração do trabalho, envolvendo populações das regiões do Estado no processo de sua construção. Os recursos necessários às ações serão providos ou contingenciados à medida em que forem sendo implementados.

O Plano contemplará diversos indicadores mensuráveis, bem como estratégias de monitoramento e avaliação que serão apresentados em documento final. A iniciativa busca integrar conhecimento científico, dados climáticos, informações socioambientais e saberes territoriais, garantindo que as estratégias de adaptação dialoguem com a realidade de cada Região de Desenvolvimento (RD) de Pernambuco.

Foram realizadas oficinas participativas nas 12 Regiões entre os meses de março e maio com a participação de mais de 700 pessoas de diversos segmentos, como governos municipais e estadual, sociedade civil, povos e comunidades tradicionais, pesquisadores, setor privado e órgãos de controle. Cada edição foi uma oportunidade de escutar e construir propostas por meio de cinco eixos temáticos: Segurança Hídrica, Agropecuária e Segurança Alimentar, Saúde Humana, Biodiversidade e Ecossistemas, e Cidades e Infraestrutura. A versão preliminar do Plano será disponibilizada para receber novas contribuições da sociedade.

O Plano trará recomendações e diretrizes para conseguir eventuais efeitos sinérgicos com os municípios, pois os planos municipais de adaptação e resiliência climática deverão estar em conformidade com as políticas nacional e estadual.

Entre as iniciativas, o Governo de Pernambuco aderiu, em abril de 2025, ao AdaptaCidades, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, cujo objetivo é fomentar a elaboração de planos municipais de adaptação e resiliência climática. Dez municípios com maior grau de vulnerabilidade em Pernambuco estão sendo contemplados: Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Caruaru, Garanhuns, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Petrolina e Vitória de Santo Antão.

A Secretaria de Meio Ambiente informa que o Brasil possui uma matriz energética satisfatória quando comparado a outras economias emergentes ou integrantes dos BRICS+. Mesmo assim, tem direcionado esforços para utilização de fontes energéticas renováveis, tais como solar, eólica e biocombustíveis. Os incentivos à frota elétrica (redução ou isenção de ICMS em alguns estados, inclusive em Pernambuco) são exemplos claros da transição energética. Além disso, programas de recuperação da Caatinga, recomposição de manguezais e o “Plantar Juntos” buscam recuperar a cobertura florestal do Estado.

Entre verbas estadual e federal, foram investidos aproximadamente R\$ 26,9 milhões entre os anos de 2024 e 2026, destinados à estratégia de enfrentamento às mudanças climáticas em Pernambuco, como o Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE-PE), o Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climáticas de Pernambuco (PEAR-PE), o Projeto Criando Unidades de Conservação no Semiárido Pernambucano - GEF Terrestre e o Edital Plantar Juntos Manguezal.